

Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Serafina Corrêa/RS

PARECER JURÍDICO nº 078/2021

RELATÓRIO

Encaminhado o expediente para confecção de parecer jurídico sobre a seguinte Matéria/ Ementa: Projeto de Lei nº 070/2021 que “*Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Município de Serafina Corrêa/RS; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a adesão a plano de benefícios de previdência complementar; e dá outras providências*”.

Trata-se de projeto de lei que visa atender imposição constitucional trazida pela EC nº 103/2019, conforme § 6º, do art. 9º da referida Emenda.

A propositura em análise se aplica aos servidores públicos titulares de cargos efetivos que ingressarem no Município após a sua vigência e aos seus dependentes. No novo regime, o valor das aposentadorias e pensões pagos no RPPS não poderá exceder o limite máximo dos benefícios fixados pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Contudo, possibilita ao servidor que auferir remuneração superior ao teto do Regime Geral, a adesão ao regime complementar.

FUNDAMENTAÇÃO

O art. 83 da Lei Orgânica Municipal diz que “aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto no art. 40 da Constituição Federal.”

Por sua vez, o art. 40 em seus §§ 14, 15 e 16 prevê o seguinte:

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência

complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

OPINIÃO

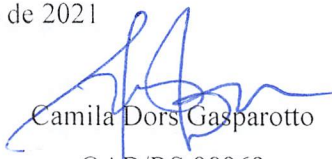
Pelos razões e fundamentos citados, opina-se pela viabilidade Jurídica do Projeto de Lei nº 70/2021.

ANÁLISE DO OBJETO

Este parecer limita-se à análise jurídica e não faz juízo de conveniência e oportunidade. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos econômicos e/ou discricionários.

É o parecer que se emite

Serafina Corrêa, 03 de agosto de 2021


Camila Dors Gasparotto
OAB/RS 98969
Assessora Jurídica